

Diário do Legislativo de 22/11/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PSC

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PHS E PSC)

Líder: Deputado Dilzon Melo (PTB)

Vice-Líderes: Maria Olívia (PSDB), Lúcia Pacífico (PSDB), Carlos Pimenta (PDT)

LIDERANÇA DO BLOCO PT/PCdoB:

Líder: Deputado Ricardo Duarte

Vice-Líderes: Deputada Elisa Costa (PT) e Deputado Edson Resende (PT)

LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Valadares

Vice-Líder: Deputado Gustavo Corrêa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

LIDERANÇA DO PPS

Líder: Deputado Neider Moreira

Vice-Líder: Deputado Marlos Fernandes

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Dinis Pinheiro (PSDB), Paulo Piau (PPS) e José Henrique (PMDB)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Miguel Martini (PHS)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Jésus Lima (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fahim BPSB Presidente
Sawan

Deputado Gustavo PFL Vice-Presidente
Valadares

Deputado Dinis BPSB
Pinheiro

Deputado Sargento BPSB
Rodrigues

Deputado Ricardo Duarte PT/PCdo
B

Deputado Antônio Genaro BPSB

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado Paulo BPSB
César

Deputada Maria BPSB
Olívia

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputada Jô Moraes PT/PCdoB

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonardo PMDB Presidente
Quintão

Deputado Edson PT/PCdo Vice-Presidente
Rezende B

Deputada Ana BPSP
Maria Resende

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado Jésus PT/PCdo
Lima B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Roberto PT/PCdoB
Carvalho

Deputado Djalma PPS
Diniz

Deputado Sebastião PPS
Costa

Deputada Cecília PT/PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BPSP Presidente
Ribeiro Silva

Deputado PMDB Vice-Presidente
Gilberto Abramo

Deputado PPS
Sebastião Costa

Deputada Elbe BPSP
Brandão

Deputado PT/PCdo
Adelmo Carneiro B
Leão

Deputado PP
George Hilton

Deputado PFL
Gustavo Corrêa

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Marlos PPS
Fernandes

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

Deputada Maria Tereza PT/PCdoB
Lara

Deputado Roberto BPSP
Ramos

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente
Pereira

Deputada Vanessa Lucas BPSP Vice-Presidente

Deputado Domingos Sávio BPSP

Deputado Biel PT/PCdoB
Rocha B

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputada Lúcia BPSP
Pacífico

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputado José PMDB
Henrique

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Chico PMDB Presidente
Rafael

Deputada Lúcia BPSP Vice-Presidente
Pacífico

Deputado João BPSP
Leite

Deputado Jésus PT/PCdo
Lima B

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

Deputado Carlos BPSP
Pimenta

Deputado Padre João PT/PCdoB

Deputado Célio BPSP
Moreira

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT/PCdo Presidente
Ângelo B

Deputado Roberto Ramos BPSP Vice-Presidente

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputado Zé BPSP
Maia

Deputado Paulo BPSP
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Elisa Costa PT/PCdoB

Deputado Antônio BPSP
Genaro

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputada Elbe BPSP
Brandão

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor PFL Presidente
Viana

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente
Maria Resende

Deputado BPSP
Leonídio Bouças

Deputado PT/PCdo
Weliton Prado B

Deputado Paulo PPS
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

Deputado Dalmo BPSP
Ribeiro Silva

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Domingos Sávio

Deputado Jayro PFL Vice-Presidente
Lessa

Deputado BPSP
Sebastião Helvécio

Deputado Luiz BPSP
Humberto Carneiro

Deputada Elisa PT/PCdo
Costa B

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Dilzon BPSP
Melo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BPSB
Santiago

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Bilac Pinto BPSB

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Paulo Piau PPS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente
Laudelino B
Augusto

Deputado Doutor BPSB Vice-Presidente
Ronaldo

Deputado João BPSB
Leite

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

Deputado Paulo PPS
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PT/PCdoB
Gomes

Deputado Alencar da BPSB
Silveira Jr.

Deputada Lúcia BPSB
Pacífico

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria PT/PCdo Presidente
Tereza Lara B

Deputado José BPSP Vice-Presidente
Milton

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado André PT/PCdo
Quintão B

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino PT/PCdoB
Augusto

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado João Leite BPSP

Deputado Jésus Lima PT/PCdoB

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Padre PT/PCdo Presidente
João B

Deputado Marlos PPS Vice-Presidente
Fernandes

Deputado Gil PP
Pereira

Deputado Luiz BPSP
Humberto
Carneiro

Deputado Doutor PFL
Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza PT/PCdoB
Lara

Deputado Bilac Pinto BPSP

Deputado Paulo Piau PPS

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PPS Presidente
Sebastião Costa

Deputado Djalma PPS Vice-Presidente
Diniz

Deputado PT/PCdo
Ricardo Duarte B

Deputado PP
Pinduca Ferreira

Deputada BPSP
Vanessa Lucas

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Olívia BPSP

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Domingos BPSP
Sávio

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente
Adelmo Carneiro B
Leão

Deputado Carlos BPSP Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Edson PT/PCdoB
Rezende

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

Deputado Jayro Lessa PFL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BPSP Presidente
Maia

Deputado PFL Vice-Presidente
Leonardo Moreira

Deputado BPSP
Sargento Rodrigues

Deputado PT/PCdoB
Weliton Prado B

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

Deputado Márcio BPSP
Passos

Deputado Adelmo PT/PCdoB
Carneiro Leão

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Alencar da
Silveira Jr.

Deputada Elisa PT/PCdo Vice-Presidente
Costa B

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputada Jô PT/PCdo
Moraes B

Deputado Gustavo PFL
Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Milton BPSP

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Carlos PT/PCdoB
Gomes

Deputado Paulo César BPSP

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio BPSP Presidente
Moreira

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado Bilac BPSP
Pinto

Deputado Roberto Carvalho PT/PCdo
B

Deputado Dimas PP
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Márcio BPSP
Passos

Deputado Ricardo PT/PCdoB
Duarte

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo BPSP Presidente
César

Deputado Carlos PT/PCdo Vice-Presidente
Gomes B

Deputada Cecília PT/PCdo
Ferramenta B

Deputada Maria BPSP
Olívia

Deputado Leonídio Bouças BPSP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputada Vanessa BPSP
Lucas

Deputado Doutor PFL
Viana

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio PMDB Presidente
Júlio

Deputado Dilzon BPSP Vice-Presidente
Melo

Deputado Luiz BPSP
Humberto
Carneiro

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado Padre PT/PCdo
João B

Deputado Gustavo PFL
Valadares

Deputado
Pereira Gil PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado
Sawan Fahim BPSP

Deputado
Ribeiro Silva Dalmo BPSP

Deputada
Pimenta Carlos BPSP

Deputado
Ângelo Durval PT/PCdoB

Deputada
Nogueira Ivair PMDB

Deputado
Corrêa Gustavo PFL

Deputado
Hilton George PP

OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR: Deputado Biel Rocha

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 41ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Associação Unificada de Recuperação e Apoio - Aura

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATA

ATA DA 41ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 20/11/2006

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Gustavo Valadares - Palavras do Sr. Clóvis Modesto de Mello Neto - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Palavras da Sra. Eliane Fernandes Dantas - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Gustavo Valadares - João Leite - Sebastião Costa - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa a Exma. Sra. Eliane Fernandes Dantas, idealizadora, fundadora e gestora da Aura; e os Exmos. Srs. Clóvis Modesto de Mello Neto, Presidente do Conselho Deliberativo da Aura; Deputado Federal Ademir Camilo; Luiz Márcio Araújo Ramos, Presidente da Fhemig; César Vanucci, Secretário Municipal Adjunto de Abastecimento de Belo Horizonte; Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte Fred Costa; e Deputado Gustavo Valadares, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Associação Unificada de Recuperação e Apoio - Aura - , pelo excelente trabalho desenvolvido no suporte terapêutico global a crianças e adolescentes com câncer.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Gustavo Valadares

Exmo. Sr. Deputado João Leite, neste ato representando o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres; Sra. Eliane Fernandes Dantas, idealizadora, fundadora e gestora da Aura; Sr. Clóvis Modesto de Mello Neto, Presidente do Conselho Deliberativo da Aura; Exmo. Sr. Deputado Federal Ademir Camilo; Sr. Luiz Márcio Araújo Ramos, Presidente da Fhemig; Exmo. Sr. César Vanucci, Secretário Municipal de Abastecimento de Belo Horizonte; Exmo. Sr. Vereador de Belo Horizonte, meu amigo, Fred Costa; senhoras e senhores, a reunião especial desta noite destina-se a homenagear uma entidade, por sua importância e pela relevância dos seus serviços prestados ao nosso Estado. Destina-se ainda a homenagear a obstinação e a perseverança na luta em defesa de uma causa, movimento que mudou a vida de um grupo de pessoas a partir do momento em que se uniram em torno de um ideal de solidariedade e fundaram a Aura.

Pela amizade que cultivo com uma das idealizadoras dessa instituição, Eliane Dantas, sempre que a encontro vejo seus olhos brilharem ao falar da Aura, dos seus projetos e das crianças atendidas pela entidade. Esse grupo que hoje é presidido pelo Dr. Clóvis Modesto de Mello Neto, a quem faço uma deferência pelo desprendimento ao aceitar a responsabilidade, continua unido em prol do mesmo objetivo de solidariedade e de promoção da esperança, da saúde e da felicidade de crianças e adolescentes com câncer.

Foi acreditando na possibilidade de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária que esse grupo começou seus trabalhos em 1998 e, a cada ano, aumenta a sua capacidade de atendimento. A tenacidade de Eliane Dantas e seu grupo são motivados pelo sonho de solidariedade e de inclusão de crianças com câncer. Tenho certeza de que esse sonho é o responsável por mover as engrenagens desse difícil projeto. Esse mesmo sonho é o responsável pela superação de todas as dificuldades.

Portanto, a reunião de hoje pretende render as homenagens do Legislativo mineiro à Aura pelos trabalhos inclusivos que vem desenvolvendo em suporte terapêutico global a crianças e adolescentes com câncer do Estado de Minas Gerais.

A entidade, criada em 2/2/98, iniciou seus trabalhos e, já em 1999, um ano após sua criação, iniciou a campanha para a construção do primeiro hospital de câncer infantil de Minas Gerais. Esse projeto pioneiro é, sem dúvida, um dos maiores desafios da Aura, que, com muito esforço e apoio de grandes parceiros, deu passos positivos em sua construção, restando ainda muito por fazer para que o sonho se transforme em realidade.

Mas, antes mesmo de dar início ao projeto de construção do hospital, a Aura inaugurou em 2000 a Casa de Apoio a Criança e Adolescente com Câncer, que hoje atende cerca de 574 crianças e adolescentes com câncer, provenientes de 140 Municípios mineiros de várias regiões do Estado.

Não devemos aqui somente enaltecer os números desse projeto vitorioso, mas louvar a magnitude da obra e a força que encontramos em cada um daqueles que participam do projeto, em seus fundadores, nos Diretores e na dedicação dos profissionais que trabalham com amor para poder dar um pouco mais de dignidade à vida de crianças, adolescentes e seus familiares, para enfrentarem a dor da doença e de seu pesado tratamento.

Esse apoio talvez seja o que mantenha viva a vontade de cada criança atendida de poder superar a doença e ter uma vida igual à de seus colegas. A Aura é, sem dúvida, um presente para as crianças e adolescentes com câncer. Esse trabalho merece nosso respeito. Dessa forma, a Assembléia mineira se reúne nesta noite para prestar sua homenagem à instituição, mas homenagem maior será a contribuição de cada um de nós à continuação dos trabalhos dessa belíssima obra. A soma de nossas forças será capaz de poder dar vigor ao projeto, sempre objetivando a ampliação do atendimento e o término das obras do primeiro hospital de câncer infantil de Minas Gerais.

A esperança de amor, vida e felicidade com saúde e muita alegria é direito de todos nós. A Aura é uma instituição que nos proporciona um grande exemplo de dedicação à vida. Parabéns a todos os que, de alguma forma, contribuem para a longevidade desse projeto. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Clóvis Modesto de Mello Neto

Boa-noite a todos. Gostaria de agradecer a presença do Exmo. Deputado João Leite, representando o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres; da Sra. Eliane Fernandes Dantas, idealizadora, fundadora e gestora do Projeto Aura, minha amiga do coração; do Exmo. Deputado Federal Ademir Camilo; do Sr. César Vanucci, Secretário Municipal de Abastecimento de Belo Horizonte; do Vereador Fred Costa; do Sr. Luiz Márcio Araújo Ramos, Presidente da Fhemig; e do Exmo. Sr. Deputado Gustavo Valadares, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade. Em momentos tão especiais como este, há muito a se dizer e muita emoção a se expressar, mas as palavras acabam fugindo. Até certo ponto, isso não é ruim, porque, quando não temos voz, o que fala é o coração. E é com o coração cheio de alegria que, neste momento, agradeço, em nome da Aura, à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, esta homenagem tão significativa e que revela uma cumplicidade tão importante.

Nosso agradecimento a esta valorosa Casa vai em nome da equipe Aura, das crianças, adolescentes e familiares e de todas as pessoas que participam desta causa e apóiam esse projeto. Muito obrigado a todos.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional da Aura.

- Procede-se à apresentação de vídeo.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento o Deputado João Leite, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres, fará a entrega ao Sr. Clóvis Modesto de Mello Neto e à Sra. Eliane Fernandes Dantas de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "Em um mundo em que as ações de solidariedade se fazem cada vez mais urgentes, é fundamental reconhecer e estimular iniciativas de valorização da vida, que auxiliam na diminuição do sofrimento e trazem esperança e alegria, especialmente para as crianças. Por esse motivo, é com grande satisfação que a Assembléia Legislativa presta hoje sua homenagem à Associação Unificada de Recuperação e Apoio - Aura -, que desenvolve um excelente trabalho no suporte terapêutico global a crianças e adolescentes com câncer. Belo Horizonte, 20 de novembro de 2006.". Para tanto, solicitamos a estes que se posicionem no local indicado pela equipe do cerimonial.

O Sr. Presidente - Convido o Deputado Gustavo Valadares, autor do requerimento que possibilitou esta homenagem, para me acompanhar na entrega.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Eliane Fernandes Dantas

Boa-noite a todos, boa-noite aos nossos colegas. Agora não tenho condições de cuidar de protocolos. Todos os membros da Mesa, nossos amigos, nossos grandes colaboradores, estou muito emocionada por esse trabalho feito pela equipe que está aqui presente, pelos nossos engenheiros, voluntários que estão dando a maior força para o projeto; toda uma equipe de que, se for citar os nomes, não darei conta.

A palavra "aura" significa sopra, vento brando, brisa suave.

E é através dessa brisa suave, desse embalo dessa brisa que buscamos acolher e cuidar dessas crianças com câncer e seus familiares.

Como diria nosso grande amigo Leo Pessini, bioeticista e nosso professor da área, o gesto mais simples de qualquer ser humano é curvar-se para ajudar outro alguém. Baseados nessas palavras, tocamos nosso caminho com todo o amor e apoio que recebemos da comunidade, além de nossos grandes amigos que, antes de políticos, são verdadeiros seres humanos, são gente. Com eles, contamos também.

Muito obrigada a todos. Em nome das crianças e adolescentes da Aura, em nome de seus familiares, em nome da Rosângela, mãe do Carlinhos, aqui presente ao lado de outros pacientes, o nosso muito obrigada. Agradeço também à minha mãe e ao meu filho, aqui presentes, que muito me honram. Boa-noite.

Palavras do Sr. Presidente

Exma. Sra. Eliane Fernandes Dantas, idealizadora, fundadora e gestora da Associação Unificada de Recuperação e Apoio - Aura -; Exmos. Srs. Clóvis Modesto de Mello Neto, Presidente do Conselho Deliberativo da Aura; Deputado Federal Ademir Camilo; Vereador Fred Costa; César Vanucci, Secretário Municipal de Abastecimento de Belo Horizonte; Luiz Márcio Araújo Ramos, Presidente da Fhemig; Deputado Gustavo Valadares, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Esta homenagem prestada à Associação Unificada de Recuperação e Apoio significa o reconhecimento a uma entidade que tem se dedicado à importante tarefa de assistir crianças com câncer oriundas de famílias economicamente desprovidas.

A vontade de amparar e confortar pacientes carentes, necessitados não só de recuperação física como psicológica, levou Eliane Dantas, junto a um grupo unido pelos mesmos ideais, a fundar a Aura. Desde o lançamento do projeto Viva Criança, passando pela campanha para a construção do primeiro Hospital do Câncer Infantil de Minas Gerais, vem a Aura trabalhando em prol da esperança e da saúde de crianças e adolescentes.

Hoje, a Casa de Apoio, primeira unidade do Hospital do Câncer Infantil, já funciona como um centro de prevenção e diagnóstico precoce, primeiro fruto da campanha, ainda em curso, da Aura.

De uma maneira integral, jovens em recuperação recebem um atendimento especial e carinhoso, que inclui assistência médica e odontológica, atividades pedagógicas, uma brinquedoteca, além de cesta básica mensal e vale-transporte que facilitam a presença de um acompanhante que lhe dê atenção e afeto em sua difícil jornada rumo à cura e à reintegração ao cotidiano.

Um dos detalhes mais importantes desse apoio consiste no fornecimento de medicamentos prescritos e que não são disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde. O exemplo da Aura é um fator de mobilização de toda a sociedade civil, indicativo da construção de uma cidadania

responsável e solidária.

Valorizar a vida, promovendo uma relação personalizada com o indivíduo afastado de seu desenvolvimento social por uma questão de saúde, é trazer de volta uma prática humanista no contexto de um mundo cada vez mais impessoal e apressado, no qual o egoísmo e o anonimato regem as relações interpessoais.

Com toda a justiça, portanto, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais reconhece não só a necessidade, como a excepcional qualidade dos serviços prestados a uma camada da população tão necessitada de esperança.

Em nome de todo o povo mineiro, representado por esta Casa, unimo-nos à luta da Aura pela consecução de seus esforços, espelho de um esforço ético, digno e altamente respeitável.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 21, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 21/11/2006.). Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 87ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 22/11/2006

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.541/2006, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 25.000.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.542/2006, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 3.585.200,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça Militar. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.625/2005, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - do Município de Passa-Tempo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.751/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Pomba o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.752/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ubá os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto..

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.934/2006, do Deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre brinquedo, material escolar ou peças de vestuário infantis apreendidos, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.085/2006, do Deputado Jayro Lessa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Governador Valadares o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.193/2006, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhomi o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.354/2006, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de São Miguel do Anta. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 78/2006, do Procurador-Geral de Justiça, que dispõe sobre a criação da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, regulamenta a indicação e escolha do Ouvidor e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.776/2004, da Comissão de Participação Popular, que institui o Dia Estadual dos Surdos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.442/2005, do Deputado Fahim Sawan, que altera o art. 1º da Lei nº 12.615, de 23/9/97, que estabelece a Semana Estadual de Prevenção às Drogas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.088/2005, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmópolis de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.744/2005, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.919/2006, do Governador do Estado, que dispõe sobre o exercício da autoridade metrológica de avaliação de conformidade e qualidade de produtos e serviços; institui o Prêmio por Produtividade em Metrologia Legal e Qualidade Industrial de Produtos aos servidores do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.012/2006, do Deputado Gilberto Abramo, que acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 10.837, de 27/7/92, que dispõe sobre o atendimento prioritário às pessoas que menciona nas agências e nos postos bancários estabelecidos no Estado. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.100/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica no Município de Cana Verde. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.257/2005, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre o apoio a iniciativas de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Política Agropecuária.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.400/2005, da Deputada Lúcia Pacífico, que dispõe sobre a adoção de material escolar e de livros didáticos pelos estabelecimentos de ensino e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.769/2005, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que descreve ao Município de Pavão. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.876/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Fundo Pró-Floresta e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 3 e 5, da Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.077/2006, do Deputado Dimas Fabiano, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Aiuruoca o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.151/2006, do Deputado Márcio Kangussu, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Jequitinhonha o imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.330/2006, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre o desenvolvimento de programas, projetos e atividades visando incentivar os criadores de gado bovino a integrar o Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.436/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araguari o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 22/11/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.708/2006, da Comissão de Direitos Humanos, e 6.919/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Finalidade: debater a ação judicial movida pelo Ministério Público do Estado contra a BHTRANS e os taxistas de Belo Horizonte, relacionada a licitação para prestação de serviço de táxi, com diversos convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 27ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 22/11/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 3.493/2006, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; Projetos de Lei nºs 1.920/2004, da Comissão Especial da Silvicultura; 2.875/2005, da Deputada Lúcia Pacífico; 2.955/2006, da Deputada Ana Maria Resende; 3.007/2006, do Deputado Dinis Pinheiro; 3.160/2006, do Deputado Carlos Pimenta; 3.167/2006, do Governador do Estado; 3.398/2006, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 3.406/2006, do Deputado Luiz Fernando Faria; 3.467/2006, do Governador do Estado; 3.476/2006, do Tribunal de Justiça; 3.554, 3.657, 3.658, 3.659, 3.661 e 3.662/2006, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 22/11/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 22/11/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.384/2006, da Deputada Ana Maria Resende; 3.515/2006, do Deputado Zé Maia; 3.537 e 3.539/2006, do Governador do Estado; 3.401/2006, do Deputado Doutor Ronaldo; 3.443/2006, do Deputado Célio Moreira.

Requerimentos nºs 6.918/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 6.936 e 6.937/2006, do Deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 22/11/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.648/2006, do Deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 22/11/2006, destinadas, a primeira, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.776/2004, da Comissão de Participação Popular, que institui o Dia Estadual dos Surdos; 2.088/2005, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmópolis de Minas o imóvel que especifica; 2.257/2005, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre o apoio a iniciativas de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores; 2.400/2005, da Deputada Lúcia Pacifico, que dispõe sobre a adoção de material escolar e de livros didáticos pelos estabelecimentos de ensino e dá outras providências; 2.442/2005, do Deputado Fahim Sawan, que altera o art. 1º da Lei nº 12.615, de 23/9/97, que estabelece a Semana Estadual de Prevenção às Drogas; 2.625/2005, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Passatempo o imóvel que especifica; 2.751/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Pomba o imóvel que especifica; 2.752/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ubá os imóveis que especifica; 2.769/2005, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que descreve ao Município de Pavão; 2.876/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Fundo Pró-Floresta e dá outras providências; 2.919/2006, do Governador do Estado, que dispõe sobre o exercício da autoridade metrológica de avaliação de conformidade e qualidade de produtos e serviços; institui o Prêmio por Produtividade em Metrologia Legal e Qualidade Industrial de Produtos aos servidores do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 2.934/2006, do Deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre binquedo, material escolar ou peças de vestuário infantis apreendidos, e dá outras providências; 3.077/2006, do Deputado Dimas Fabiano, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Aiuruoca o imóvel que especifica; 3.085/2006, do Deputado Jayro Lessa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Governador Valadares o imóvel que especifica; 3.151/2006, do Deputado Márcio Kangussu, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Jequitinhonha o imóvel que menciona; 3.193/2006, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhomi o imóvel que especifica; 3.354/2006, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de São Miguel do Anta; 3.436/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araguari o imóvel que especifica; 3.541/2006, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 25.000.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado; e 3.542/2006, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 3.585.200,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça Militar; e à discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação da matéria constante da pauta da primeira, acrescida do Projeto de Lei Complementar nº 78/2006, do Procurador-Geral de Justiça, que dispõe sobre a criação da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, regulamenta a indicação e escolha do Ouvidor e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 2.744/2005, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica; 3.012/2006, do Deputado Gilberto Abramo, que acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 10.837, de 27/7/92, que dispõe sobre o atendimento prioritário às pessoas que menciona nas agências e nos postos bancários estabelecidos no Estado; 3.100/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica no Município de Cana Verde; e 3.330/2006, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre o desenvolvimento de programas, projetos e atividades visando a incentivar os criadores de gado bovino a integrar o Sistema Brasileiro de Identificação e Certificado de Origem Bovina e Bubalina e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 21 de novembro de 2006.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 75/2004

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dinis Pinheiro, Padre João, Gil Pereira e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/11/2006, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 75/2004, do Deputado Gil Pereira; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2006.

Luiz Humberto Carneiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial de Indicação de Membro do Conselho Estadual de Educação

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Elbe Brandão e Maria Tereza Lara e os Deputados Adalclever Lopes e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/11/2006, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2006.

Ana Maria Resende, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Dilzon Melo, José Henrique, Luiz Humberto Carneiro e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; as Deputadas Ana Maria Resende, Jô Moraes, Lúcia Pacífico e Maria Tereza Lara e os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Alencar da Silveira Jr., Carlos Gomes, Chico Rafael, Dalmo Ribeiro Silva, Doutor Ronaldo, Doutor Viana, Durval Ângelo, Edson Rezende, Fahim Sawan, Gil Pereira, Gilberto Abramo, Gustavo Valadares, Ivair Nogueira, João Bittar, José Milton, Laudelino Augusto, Leonardo Moreira, Leonardo Quintão, Márcio Passos, Marlos Fernandes, Roberto Ramos e Zé Maia, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno -, para a reunião a ser realizada em 22/11/2006, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 3.670/2006, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2006.

Domingos Sávio, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.906/2005

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Piau, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Recreativa e Escola de Samba Acadêmicos de Santa Maria, com sede no Município de Uberaba.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida entidade, fundada em 1987, possui como objetivo primordial promover e divulgar a cultura popular pela realização do Carnaval. Realiza, também, eventos sociais, como bailes, "shows" e festas.

Dessa forma, produz uma das mais genuínas manifestações populares do País, estimula a melhor convivência entre os seus associados e a comunidade uberabense e se esforça para manter as tradições e estabelecer meios e instrumentos que viabilizem os seus eventos.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.906/2005, em turno único.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2006.

Vanessa Lucas, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.143/2006

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Corporação e Sociedade Musical Nossa Senhora do Bom Sucesso, com sede no Município de Caeté.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Corporação e Sociedade Musical Nossa Senhora do Bom Sucesso, fundada em 1947, possui por finalidade a divulgação da música por meio de apresentações, eventos cívicos e festas religiosas promovidas pela comunidade.

Dessa maneira, incentiva a prática e o aprimoramento artístico e cultural dos habitantes do Município de Caeté.

Acreditamos, portanto, ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.143/2006 em turno único.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2006.

Vanessa Lucas, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.366/2006

Comissão de Cultura

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, objetiva declarar de utilidade pública a Associação Teatral Nascente, com sede no Município de Carmo do Cajuru.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que a considerou jurídica, constitucional e legal. Vem ela agora a este colegiado para deliberação conclusiva, com base no art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Trata-se a Associação Teatral Nascente de entidade civil sem fins lucrativos, de cunho cultural, que objetiva promover o desenvolvimento do conhecimento das artes cênicas no meio comunitário, estimulando o pensamento crítico da população e fornecendo meios de aperfeiçoamento técnico aos seus associados.

Para atingir seus objetivos programáticos, realiza atividades de inclusão, de reconhecido interesse público, zela pelos conceitos da moral e da ética e busca constituir valiosa parceria com o poder público, para implementação de projetos favorecedores da arte cajuruense.

Levando-se em consideração a exposição de motivos, a entidade está habilitada a receber o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.366/2006, em turno único.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2006.

Biel Rocha, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.409/2006

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Padre João, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Sociedade Musical Santa Cecília, com sede no Município de Senhora dos Remédios.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Sociedade Musical Santa Cecília, sem fins lucrativos, tem como finalidade primordial manter uma corporação musical, visando à recreação e à educação musical da comunidade.

Para a consecução de suas metas, promove palestras e conferências sobre a arte musical e mantém uma escola de música para aprendizes, possibilitando que eles usufruam de uma educação artística de alto nível.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.409/2006 em turno único.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2006.

Biel Rocha, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.457/2006

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Neider Moreira, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Diabéticos de Bom Despacho, com sede nesse Município.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Associação dos Diabéticos de Bom Despacho foi constituída com o objetivo de coordenar, dar proteção e orientar os diabéticos desse Município. Procura, dessa maneira, melhorar sua condição de vida, conscientizando-os sobre a importância de um tratamento adequado e do controle da doença.

Para alcançar suas metas, presta serviço de assistência psicológica aos pacientes e seus familiares, oferece assistência médica gratuita aos mais carentes, realiza intercâmbio com hospitais, clínicas, laboratórios, médicos e psicólogos, promove campanhas de conscientização junto à sociedade, edita e distribui folhetos, jornais e revistas sobre assuntos relacionados com a doença e promove campanhas visando à obtenção de recursos financeiros para a manutenção da Associação.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.457/2006 em turno único.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2006.

Adalclever Lopes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.469/2006

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em tela visa dar a denominação de Escola Estadual Professora Haydée de Souza Abreu à Escola Estadual de Ensino Médio localizada no Bairro Recanto Verde, no Município de Timóteo.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O nome da professora Haydée de Souza Abreu foi indicado pelo colegiado da Escola Estadual de Ensino Médio localizada no Bairro Recanto Verde, no Município de Timóteo, em reunião realizada em 3/3/2006, que homologou, por unanimidade dos votos dos seus membros, a denominação para a referida unidade de ensino.

Cidadã exemplar, a homenageada, professora primária, começou a lecionar em 1943, tendo sido Diretora da Escola Estadual Leôncio de Araújo durante 24 anos. Assim, angariou o respeito e a admiração dos moradores do Município de Timóteo.

Falecida em 20/4/2003, ajuizamos oportuno e merecido que se lhe preste a pretendida honraria.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.469/2006 em turno único.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2006.

Doutor Viana, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.504/2006

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Dilzon Melo, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Esporte Clube Vila Rica, com sede no Município de Três Pontas.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Agora, cabe a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento

Interno.

Fundamentação

Nos termos do art. 1º do seu estatuto constitutivo, o Esporte Clube Vila Rica é uma sociedade civil de caráter privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade proporcionar a difusão do civismo e da cultura física, principalmente do futebol, podendo ainda praticar ou competir, em caráter amadorístico, em todas as modalidades esportivas especializadas e realizar reuniões e divertimentos sociais e culturais.

Em virtude da relevância social de suas atividades em benefício de seus associados e da comunidade em geral, essa entidade se faz merecedora do pretendido título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.504/2006 em turno único.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2006.

Ana Maria Resende, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.525/2006

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Terno Moçambique Estrela Guia - Tecar -, com sede no Município de Uberlândia.

Preliminarmente, foi a proposição encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o assunto, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Terno Moçambique Estrela Guia tem como objetivo precípuo fomentar o folclore regional.

No intento de cobrir de êxito seu trabalho, realiza encontros para discussão de temas folclóricos, desenvolve projetos que visem à manutenção dos nossos costumes, além de procurar estimular os jovens a participarem de atividades culturais.

Contribuindo de forma substancial para divulgação da cultura, parece-nos meritória a declaração de sua utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.525/2006 em turno único.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2006.

Vanessa Lucas, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.584/2006

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Miguel Martini, o projeto de lei em tela pretende declarar de utilidade pública a Associação Sal e Luz - SalLuz -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Associação Sal e Luz é uma entidade civil sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a promoção de atividades e ações que proporcionem o desenvolvimento dos seus integrantes e da comunidade em geral.

Cumprindo, rigorosamente, suas disposições estatutárias, vem implementando projetos de grande vulto nas áreas de esporte e lazer, para ocupação sadia da juventude local.

Importa mencionar que a documentação anexada ao processo demonstra que essa instituição desenvolve seu trabalho sempre com o intuito de promover condições de melhoria na qualidade de vida de seus associados e das pessoas de baixa renda, num processo de participação concreta

na consolidação da cidadania, o que constitui valiosa parceria com o poder público.

Vemos, assim, habilitada a referida instituição à outorga do título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.584/2006 em turno único.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2006.

Jô Moraes, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.586/2006

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria da Deputada Ana Maria Resende, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Córrego Charquinho de Gino e Comunidades Circunvizinhas, com sede no Município de Francisco Sá.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Associação Comunitária do Córrego Charquinho de Gino e Comunidades Circunvizinhas, sem fins lucrativos, em funcionamento desde 1994, tem por finalidade promover o desenvolvimento comunitário pela realização de obras e melhoramentos, buscando também proporcionar assistência social às famílias de baixa renda.

Para cumprir os seus objetivos, procura desenvolver projetos alternativos voltados para atividades econômicas, culturais e esportivas.

A documentação anexada ao processo demonstra que essa instituição desenvolve atividades as mais diversas, sempre com o intuito de promover condições de melhoria na qualidade de vida de seus associados e dos carentes em geral, num processo de participação concreta na consolidação da cidadania, o que constitui valiosa parceria com o poder público.

Por isso é oportuna a intenção de se lhe conceder a pretendida declaração estadual de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.586/2006, em turno único.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2006.

Gustavo Valadares, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.599/2006

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De iniciativa do Governador do Estado, o projeto de lei em tela tem por objetivo dar a denominação de Antônio Belarmino Gomes à escola estadual situada no Distrito de Santo Antônio dos Campos, no Município de Divinópolis.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O propósito do Governador do Estado de denominar a escola estadual que funciona no Distrito de Santo Antônio dos Campos, em Divinópolis, de Escola Estadual Antônio Belarmino Gomes, vem ao encontro de uma solicitação do seu colegiado, que, de forma unânime, aprovou o referido nome.

O homenageado dedicou sua vida à comunidade daquela região. Nascido em 1882, em 1916 foi nomeado Inspetor Escolar em Santo Antônio dos Campos e foi também tesoureiro da comissão formada para construção da Igreja Matriz, que posteriormente reformou com recursos próprios, oriundos da sua atividade como fazendeiro. Ali, durante vários anos, consolidou os resultados de seu trabalho, e o seu desempenho foi reconhecido pelas autoridades competentes da época, que lhe concederam a patente de Oficial Coronel.

Faleceu em 1950, deixando um legado que agora é registrado pela homenagem a ser feita por meio da proposição em tela.

É merecedor, portanto, do tributo que lhe está sendo prestado.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.599/2006 em turno único.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2006.

Weliton Prado, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.600/2006

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Biel Rocha, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Evangélica de Assistência Social - Assevas -, com sede no Município de Itajubá.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Associação Evangélica de Assistência Social, em funcionamento desde 1993, presta relevantes serviços à população do Município de Itajubá.

Suas metas principais são: prestar atendimento às crianças até 7 anos que estejam em situação de risco social e pessoal, oferecendo-lhes abrigo provisório; proporcionar a crianças e adolescentes de 7 a 14 anos programas nas áreas de educação, cultura e lazer; tratar dependentes de drogas psicoativas em centros de recuperação e desintoxicação; e promover cursos de formação de mão-de-obra, integrando a população de baixa renda no mercado de trabalho.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.600/2006, em turno único.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2006.

Gustavo Valadares, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.617/2006

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Rogério Correia, o projeto de lei em epígrafe pretende declarar de utilidade pública o Guaranésia Futebol Clube, com sede no Município de Guaranésia.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

De conformidade com o art. 1º de seu estatuto, o Guaranésia Futebol Clube é uma sociedade civil que, sem distinção de nacionalidade, culto ou sexo, congrega seus sócios com o fim específico de proporcionar-lhes o aperfeiçoamento da prática desportiva.

Com efeito, promove competições em diversas modalidades esportivas amadorísticas, bem como a construção de quadras poliesportivas, vestiários e outras instalações que propiciem a prática do esporte, do lazer e possibilitem a realização de eventos diversos.

Assim, a entidade oferece a significativa parcela da população de Guaranésia momentos de lazer e atividades físicas, o que a torna merecedora do pretendido título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.617/2006 em turno único.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2006.

Weliton Prado, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.618/2006

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Esporte Clube Sul Minas, com sede no Município de Pouso Alegre.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A citada entidade, em funcionamento desde 2002, possui por finalidade a difusão da prática de esportes, com ênfase no futebol.

Na consecução de seus objetivos, compete em todas as modalidades esportivas amadoras especializadas e promove reuniões de caráter social, cívico e cultural, procurando reunir grande número de pessoas para incentivar a solidariedade e a cooperação.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.618/2006 em turno único.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2006.

Doutor Viana, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.626/2006

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Laudelino Augusto, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Hospital São Vicente de Paulo, com sede no Município de Carmo do Rio Claro.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Agora, cabe a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Fundado em 2002, no Município de Carmo do Rio Claro, o Hospital São Vicente de Paulo é uma entidade civil de direito privado, sem fins econômicos e que tem como finalidade precípua a prática da caridade no campo da saúde, da assistência social e da promoção humana.

A entidade oferece aos pacientes desprovidos de recursos e à comunidade em geral serviços médico-hospitalares, odontológicos, psicológicos, fonoaudiológicos, fisioterápicos, nutricionais e de enfermagem, entre outros, e firma convênios com instituições públicas e privadas para subsidiar e ampliar suas iniciativas. Portanto, se faz merecedora do pretendido título declaratório.

Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.626/2006 em turno único.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2006.

Doutor Ronaldo, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.635/2006

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Governador do Estado, a proposição em epígrafe tem por objetivo seja dada a denominação de José Fernandes Motta à Casa do Policial Civil, instalada no edifício situado na Rua Pitangui, nº 3.569, Bairro Horto, em Belo Horizonte.

Nos termos regimentais, o exame preliminar da matéria coube à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Agora, compete a este órgão colegiado apreciá-la conclusivamente e quanto ao mérito, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

A apresentação do projeto decorre de pedido formulado pela Chefia da Polícia Civil, em que sugere seja a Casa do Policial Civil, recentemente instalada nesta Capital, denominada de José Fernandes Motta, como preito de gratidão à memória do ex-Escrivão de Polícia, cuja existência foi toda dedicada à grandeza da Instituição a que serviu, legando aos pósteros exemplos dignificantes de honradez e eficiência.

No nosso entendimento, nada mais justo, portanto, que a essa pessoa, pelos relevantes serviços prestados àquela Instituição, seja conferida homenagem duradoura pelo empréstimo de seu nome para denominar o referido bem público.

Conclusão

Em vista do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.635/2006 em turno único.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2006.

Sargento Rodrigues, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.653/2006

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Centro de Recuperação de Alcoólatras - Cerea -, com sede no Município de Centralina.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Agora, cabe a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Centro de Recuperação de Alcoólatras é uma entidade civil sem fins lucrativos e tem por finalidades recuperar pessoas de ambos os sexos e de qualquer idade dadas ao vício do alcoolismo; organizar e manter departamentos assistenciais para recuperados e recuperandos, proporcionando-lhes readaptação junto aos familiares e à sociedade; oferecer serviço gratuito e permanente nos projetos e programas de assistência social que desenvolve; transportar associados para consultas periódicas em outras cidades do Estado e fora dele.

Em virtude da relevância social de suas atividades em benefício de seus associados e da comunidade em geral, essa entidade se faz merecedora do pretendido título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.653/2006 em turno único.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2006.

Carlos Pimenta, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.671/2006

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Deputado Paulo César, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Nova Serrana - Consep -, com sede nesse Município.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O citado Conselho tem por finalidade aglutinar lideranças comunitárias, em parceria com as autoridades policiais, a fim de planejar ações integradas de segurança que resultem na melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Para isso promove reuniões, palestras e debates, tendo em vista a definição de prioridades específicas para o setor, busca solucionar problemas ambientais e sociais que comprometam a segurança, implementa programas de instrução e divulgação de ações de auto-defesa da comunidade e colabora com o poder público na manutenção de viaturas policiais, na melhoria das instalações e equipamentos dos órgãos de segurança.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.671/2006 em turno único.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2006.

Sargento Rodrigues, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

85ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 16/11/2006

O Deputado Laudelino Augusto* - Mineiras, mineiros, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos os que nos acompanham aqui na Assembléia e pela TV Assembléia, nosso assunto hoje se relaciona com o ciclo de debates que realizaremos na semana que vem, nos dias 23 e 24. Já estão sendo distribuídos os convites, e a TV Assembléia e a Rádio Assembléia já estão fazendo sua divulgação. Nestes 15 minutos, queremos insistir na importância dele.

Como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais e também da Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas, já tive oportunidade de dizer que a grande lei que gostaríamos de ver não só votada, mas também entendida, executada e respeitada é que todo o planeta Terra, ou planeta-água, ou planeta-floresta, ou planeta-montanha - essa maravilha de planeta que recebemos de Deus -, em toda a sua extensão acima da terrestre, abaixo, nas profundezas e também em sua extensão marítima, fosse considerado e respeitado como área de preservação. Parece uma redundância total o que estou falando, mas este é o nosso sonho: todo e qualquer espaço físico, geográfico e ambiental respeitado, preservado. Refiro-me a toda a extensão do Planeta e também à de fora do Planeta. Hoje já temos viagens fora do Planeta. Logo, logo, teremos turismo para a Lua, para outros planetas do sistema solar e, talvez um dia, para outros sistemas.

O universo criado, no microcosmos e no macrocosmos, precisa ser respeitado e preservado; enquanto isso não ocorre, temos nossas preocupações e precisamos das leis para a educação ambiental, para a destinação correta dos resíduos sólidos. É lamentável que se produza tanto lixo e não se lhe dê destinação correta. Há a questão do esgoto e do saneamento em geral.

Na semana passada, saiu o relatório de desenvolvimento humano da ONU. Houve melhoras sensíveis no País nessa questão, mas os níveis estão ainda muito aquém da necessidade e do que a dignidade humana exigem. Noventa por cento da população já tem água potável, tratada, de qualidade, mas a coleta de esgoto e seu tratamento ainda deixam a desejar: são 75%. Com isso, muitas doenças que poderiam ser evitadas, lamentavelmente proliferam. Há crianças que não chegam a um ano de idade porque têm diarreia, ou difteria, ou algum outro tipo de doença perfeitamente evitável.

Como estava dizendo, ao fazermos as leis, procuramos envolver a sociedade, fazendo as audiências, e, naquelas de que temos participado, percebemos a necessidade de dar um encaminhamento mais definitivo para a questão das unidades de conservação no Estado de Minas Gerais.

Fizemos visitas e reuniões em vários lugares de Minas Gerais sobre as unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Sentimos necessidade de buscar maneiras de efetivá-las. Elas são criadas por decreto ou lei e ficam no papel. Há algumas com mais de 50 anos. Isso causa até mesmo problemas sociais, pois as pessoas que têm terreno na região ficam passíveis de desapropriação pela criação da unidade.

Há vários tipos de unidades de conservação que podem ser criadas, entre elas parques ecológicos - municipal, estadual ou federal -, área de preservação permanente - APA -, monumento natural, refúgio de vida silvestre, estação ecológica, reserva biológica e reserva de desenvolvimento sustentável.

Cria-se no papel, vota-se a lei, e depois não há efetividade, pois principalmente a questão fundiária fica sem solução. As pessoas não podem plantar nem podem fazer um desenvolvimento sustentável. Algumas unidades são bem restritivas e há impedimento de ocorrer qualquer ação humana no espaço, o que cria problemas, porque a pessoa não foi indenizada. Ou seja, criam-se unidades no papel que não são efetivadas.

Quem perde com isso? Todos. Na questão ambiental, todos ganham ou todos perdem. Isso é definitivo. Estamos no mesmo barco. Se ele afunda, todos afundam, basta ver as questões ambientais e de mudanças climáticas. Estamos sentindo na pele.

No caso da unidade de conservação criada e não efetivada, sem demarcação e sem a indenização devida aos proprietários, ocorrem problemas sociais, econômicos e ambientais. Não há como fiscalizar. Todos ficam de mãos amarradas. Cobramos dos órgãos estaduais, alega-se que está faltando isto ou aquilo; cobramos dos órgãos municipais e federais, a resposta é a mesma; cobramos dos donos, não há solução. Tudo isso porque a área de preservação não foi efetivada.

Quando se faz cumprir a lei ou o decreto, todos ganham. De uns tempos para cá, existe a exigência da realização de audiências públicas com a sociedade e vizinhos da região que será declarada uma unidade. Todos são chamados a opinar e entender o processo.

Na imprensa, publicou-se uma reportagem em que o próprio IEF informa que aproximadamente 90% das unidades de conservação de Minas não são efetivadas, não são demarcadas nem têm a regularização fundiária. Vimos por bem, então, colocar a estrutura da Assembléia Legislativa a serviço dessa regularização e, por meio de requerimento, marcamos um ciclo de debates, que será na semana que vem, nos dias 23 e 24/11/2006, com o nome de "Regularização Fundiária das Unidades de Conservação do Estado de Minas Gerais".

Nas reuniões preparatórias, observamos que será uma contribuição bem efetiva, se conseguirmos encaminhar soluções para a regularização fundiária.

Um problema seria o financeiro, pois fica caro. Conforme os estudos feitos pelo IEF, pelas Secretarias e por nossos Consultores, seriam necessários R\$422.000.000,00 para fazer toda a demarcação, indenização e regularização fundiária das unidades de conservação. Não será possível adquirir isso de um dia para o outro, portanto fizemos emendas ao PPAG e ao Orçamento para o próximo ano, propondo um cronograma. Se a situação não pode ser resolvida imediatamente, que seja colocada no Orçamento uma quantia suficiente para, num cronograma, iniciar a solução daquelas questões que já têm algum encaminhamento. Algumas áreas já estão sendo demarcadas e regularizadas com compensação ambiental. Com a reconstrução da Fernão Dias, o DER poderia repassar verbas para demarcação do Parque Estadual da Serra do Papagaio, por exemplo, cujo conselho já está formado e cujos estudos e demarcações já estão sendo feitos, ou para a APA Fernão Dias, no Sul do Estado.

Na semana passada, acompanhamos a reflexão sobre o PPAG, com emendas ao Orçamento para o próximo ano, garantindo que essa rubrica seja incluída. Assim, temos a certeza de que isso esteja inserido na proposta proativa da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais. A soma política é a soma de esforços em busca do bem comum. O que poderíamos somar para solucionar essas questões?

Há 26 parques estaduais, 10 estações ecológicas, 9 reservas biológicas, 1 reserva de desenvolvimento sustentável, 2 florestas estaduais, 13 APAs, 2 refúgios de vida silvestre e 1 monumento natural aguardando regulamentação. Imaginem se conseguirmos regularizar essas unidades de conservação!

Na primeira semana de dezembro, faremos audiência pública na Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais para conhecer o mapa da biodiversidade em Minas, riqueza universal. Estamos incentivando a participar todos os Deputados, a sociedade, os ambientalistas e as pessoas atingidas positivamente por essas unidades de conservação. Para haver unidade de conservação, alguém deve abrir mão de alguma coisa, mas, no bem da coletividade, todos saem ganhando, porque se preservam as nascentes, as áreas de proteção dessas nascentes e as matas de topo e ciliares, que já são áreas de preservação permanentes por lei. O nosso ciclo de debates discutirá as unidades de conservação criadas por lei ou por decreto.

Em outro momento, talvez no próprio dia do ciclo de debates, terei oportunidade de falar mais. Contamos com a participação de todos.

Que nós, Deputados, sejamos alertados por qualquer pessoa que souber de alguma área de unidade de conservação com problemas, para somarmos esforços na busca de soluções, sempre com a consciência de contribuir positivamente.

A estrutura da Assembléia está a serviço da coletividade. Entendemos e exercemos o Poder Legislativo como serviço legislativo, ou seja, servimos à sociedade fazendo leis que correspondam às necessidades do povo, as relacionadas com o meio ambiente ou as sociais, econômicas e políticas, e fiscalizando. Na área de fiscalização há muito que dizer das unidades de conservação.

No primeiro momento, em vez de batermos muito na tecla sobre a questão irregular, preferimos realizar um ciclo de debates, a fim de buscarmos soluções. Em um segundo momento, teremos argumentos para cobrar, fiscalizar e ver efetivadas as unidades de conservação. Esperamos que Minas Gerais dê exemplo e que consigamos, pelo menos em 10 anos, melhor preservação e qualidade de vida para todos os mineiros. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Deputado Fábio Avelar; Deputados Gilberto Abramo e Laudelino Augusto; telespectadores da TV Assembléia, público que nos assiste, dois assuntos muito importantes me trazem a esta tribuna. Ambos provocam em mim sentimento de muita responsabilidade.

O primeiro interessa muito a V. Exa., Deputado Fábio Avelar, sempre preocupado com a questão ambiental. Ontem tive a oportunidade de fazer algo que gosto de fazer desde a minha mocidade: correr em volta da Lagoa da Pampulha. Vi ali várias pessoas fazendo o percurso que eu fazia quando atleta, mas muito me impressionou a situação do lugar. Já tinha ouvido alguns relatos sobre o problema, mas ontem pude constatá-lo de perto. Esta semana, está chamando atenção o jacaré que apareceu por lá, mas o que mais chamou a minha atenção e de outras pessoas que utilizavam a orla da lagoa foi a grande quantidade de urubus. Havia um mau cheiro terrível.

Queria tratar também de um assunto sobre o qual gostaríamos de obter mais informações: o trabalho que uma empresa faz na lagoa, recolhendo sedimentos que tomaram conta dela. O contrato diz que deveria ser feita uma dragagem a longa distância, mas lá estão trabalhando diversos caminhões, depositando os sedimentos na ilha. Percebemos, portanto, que a ilha será aumentada e que teremos aquele parque crescendo na lagoa, que se transformará em uma montanha de sedimentos. Isso é muito grave. Além disso, há muitas pessoas pescando por ali, expostas a tudo o que pode vir daquela lagoa.

Essa é a primeira abordagem que gostaria de fazer nesta tarde. Acionaremos o Ministério Público, para que nos informe sobre o contrato em vigor na Lagoa da Pampulha, a situação da água e se há previsão de aumentar-se a ilha.

No dia 3 de dezembro, na Lagoa da Pampulha, teremos uma corrida internacional. Para os belo-horizontinos, para os mineiros, será uma vergonha, pois a imprensa, os atletas que correrão em torno da lagoa vão-se deparar com tal situação.

Na orla da Lagoa da Pampulha, em alguns trechos é impossível respirarmos. Que tristeza! Quando eu era criança, corria em volta da Lagoa; com minha família, fazíamos piquenique na orla. No entanto, hoje, vejo-a nessa situação. É preciso cobrar as responsabilidades das autoridades municipais. Muito já foi gasto, mas não se tem uma solução. Ao contrário, a Lagoa da Pampulha é uma vergonha!

Quero, ainda, alertar a população de Belo Horizonte. Está-se armando o cenário para o aumento do IPTU. Na Capital, o IPTU tem sofrido aumentos maiores que a inflação. Agora, a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da imprensa, anuncia que a receita do Município caiu. Estamos assistindo à estratégia da Prefeitura, visando a arrecadar mais dinheiro para continuar custeando as 63 Secretarias, bem como toda a companheirada lá empregada.

Teremos, então, o aumento do IPTU. Ademais, hoje, os jornais tratam de outro assunto. A Prefeitura de Belo Horizonte usará a Guarda Municipal, que agora vai estar armada não para defender as pessoas, mas para multá-las. Querem aumentar a arrecadação. Para tanto, aumentarão o IPTU e multarão os motoristas e as motoristas nas ruas da Capital. Preparem o bolso, porque o PT, por intermédio da Guarda, quer arrecadar mais. Preparem-se, pois aí vêm multas de trânsito!

Fiquem atentos com as "blitze" nas esquinas! Eles têm convênio com uma empresa que reboca os carros. Quando o carro de um cidadão tem um problema, as empresas que prestam serviços de reboque cobram R\$30,00, enquanto a que presta serviços para a BHTRANS cobra R\$150,00. Dessa maneira, como já disse, continuaremos financiando o governo do PT em Belo Horizonte, bem como toda a companheirada empregada na Prefeitura.

Com muito prazer, concederei um aparte ao Deputado Fábio Avelar. Antes, porém, gostaria de fornecer mais um dado, no que se refere à questão da Guarda Municipal. A Prefeitura está enviando à Câmara Municipal um projeto que prevê mudanças na Guarda Municipal. Com isso, pretende proibir seus integrantes de fazerem greve e de se filiarem a partidos políticos. Ou seja, não entenderam nada sobre guarda civil!

Parece-me que o governo do PT aquartelou, prendeu os controladores de vôos. Deputado Fábio Avelar, no Brasil, neste final de semana, durante o feriado, os controladores de vôos ficaram presos. As famílias passaram a apelar à imprensa, a fim de que eles fossem liberados para visitá-las. Essa é uma visão de governo autoritário.

Desejam impedir, portanto, que a Guarda Municipal faça greve, filie-se a partidos políticos e reivindique salários. Nunca ouvimos falar em guarda civil desarmada, da qual, no mundo, temos exemplos belíssimos!

O Deputado Fábio Avelar (em aparte)* - Deputado João Leite, agradeço o aparte. Quero cumprimentá-lo pelo assunto que traz hoje à tarde a esta Assembléia. V. Exa. tocou em um ponto bastante preocupante - a Lagoa da Pampulha -, que teremos oportunidade de aprofundar em audiência pública, em face do requerimento que aprovamos juntamente com o Deputado.

V. Exa. abordou o tema do IPTU, e me lembrei de um problema não menos grave que será também motivo de outra audiência pública: a questão do lixo de Belo Horizonte.

Na semana passada, tive oportunidade de participar de uma reunião com a advogada do Movimento Muda Aterro. Participei também de uma entrevista em rádio da Capital na Cidade Nova, quando essa questão foi levantada. Sei da preocupação de V. Exa. com esse problema do lixo de Belo Horizonte, que se arrasta há vários anos e coloca em risco a saúde da população do entorno do lixo, que hoje já conta mais de 350 mil habitantes.

Gostaria de trazer uma notícia aos ilustres Deputados e à nossa população, que também está preocupada com esse problema. V. Exa. tomará um susto muito grande. Na intenção de resolver essa questão de maneira definitiva, o Movimento Muda Aterro, que é bem organizado, participou de uma reunião com o Ministério Público, que propôs um termo de ajustamento de conduta - TAC - em que se prorrogaria por mais um ano a licença para se buscar, de maneira definitiva, a solução desse problema.

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte sequer participou da reunião ou deu justificativa para a sua ausência. Não é que ela não tenha ouvido o Movimento Muda Aterro, mas não ouviu o chamamento da própria Câmara de Infra-Estrutura da Feam, que, em última análise, cassou o licenciamento. Estamos sem entender o que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pretende.

Trago esse assunto ao conhecimento de todos porque temos uma audiência pública que será realizada, em vista de requerimento que aprovamos juntamente com V. Exa. Teremos oportunidade de, mais uma vez, denunciar essa situação grave para Belo Horizonte. Entraremos em contato com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Casa para que essa audiência seja realizada antes do dia 6 de dezembro, data em que haverá uma reunião do Copam para analisar essa questão.

Conto com o apoio de V. Exa. para agilizar a realização dessa audiência. Levo também ao conhecimento do público a posição unilateral da Prefeitura, que, a todo custo, evita debater uma questão tão grave como essa do aterro de Belo Horizonte, que coloca em risco a vida das pessoas que residem no entorno do lixo.

O Deputado João Leite* - Deputado Fábio Avelar, V. Exa. insere em nossa fala mais uma questão muito séria: a do lixo de Belo Horizonte. Na verdade, falta planejamento. Há muitos anos temos esse problema da Lagoa, que me parece deve ser alvo de uma CPI. Ontem estava na orla da Lagoa e ouvi das pessoas que andavam pela região reclamações sobre o mau cheiro e os caminhões que trabalham dentro da Lagoa. O problema está sem solução. Ao contrário, a questão se agrava mais.

Nós, pacientemente, representantes que somos de Minas Gerais e da Região Metropolitana de Belo Horizonte, há quase um ano estamos aguardando a resposta da Prefeitura sobre a situação dos boletins da região do Pindorama, já que foram diversas as denúncias de pessoas que estão doentes por causa do lixo.

Há 350 mil pessoas no entorno do lixo de Belo Horizonte, que não tem capacidade para isso. Estamos esperando a resposta da Prefeitura há um ano. Muitas pessoas da região do Pindorama estão doentes. É lamentável essa situação. Serão realizadas audiências públicas referentes ao lixo de Belo Horizonte e à Lagoa da Pampulha. Os sedimentos estavam sendo jogados numa área de preservação ambiental na região cárstica, em Confins, e agora a situação dessa lagoa, cujo mau cheiro ninguém agüenta mais, está insustentável. A população de Belo Horizonte está exposta a doenças, e não temos uma resposta.

A Guarda Municipal nasce com esperança no Estado de Minas Gerais, e diversos Municípios vêm realizando um excelente trabalho. Faço uma homenagem à Guarda Municipal de Mariana, que é eficiente e tem dado conta do acervo, do patrimônio de Minas Gerais e do Brasil, além da iniciante Guarda Municipal de Ouro Preto. Esperamos que a Guarda Municipal seja uma guarda civil, que mantenha contato com as pessoas, mas a Prefeitura de Belo Horizonte quer transformá-la em arrecadadora para o Município de Belo Horizonte. Ela não pode ser isso, pois é uma guarda civil, em favor da população. Não é uma guarda para a Prefeitura de Belo Horizonte, uma guarda para multar os munícipes, mas, sim, uma guarda em defesa do patrimônio e da população. Ela não pode estar a serviço de quem está ocupando o prédio da Av. Afonso Pena.

Acompanharemos a situação e esperamos a presença da Prefeitura, bem como uma resposta aos requerimentos feitos no início do ano sobre a situação da saúde daquela população. Aguardamos uma resposta em relação à situação da Lagoa da Pampulha e também aguardamos do Ministério Público uma resposta em relação ao malogrado intento da Prefeitura de Belo Horizonte de aumentar os talões do estacionamento rotativo, que foi descoberto pela população. Seria mais uma maneira de arrecadar, mas não conseguiram. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, TV Assembléia, amigos, amigas.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - O Deputado João Leite abordou várias questões, mas esqueceu-se de falar sobre os reboques da BHTRANS e dos camelôs. A Prefeitura de Belo Horizonte, com o Deputado André Quintão, tirou os camelôs da rua e colocou-os nas garras da iniciativa privada. Atualmente, eles estão pagando um aluguel de R\$2.000,00 por um boxe, que é um valor muito alto. Portanto, cabe à Assembléia Legislativa e ao Ministério Público continuarem investigando. É uma maldade o que estão fazendo.

O Deputado João Leite está de parabéns. Esta Casa terá de continuar brigando e solicitando providências urgentes da Prefeitura de Belo Horizonte.

Peço permissão a V. Exa. para comunicar a este Plenário que, se não houver contrapartida urgente do governo do Estado, teremos aumento do gás natural. Em Belo Horizonte, o aumento está batendo recorde, pois o metro cúbico custa R\$1,53. Para terem uma idéia, em São Paulo custa R\$1,05. Uma paralisação de todos os postos, de todas as convertedoras que ainda sobrevivem e dos veículos movidos a gás será o presente de fim de ano que ganhará a Gasmig, empresa do governo. Infelizmente, o nosso gás continua sendo o mais caro do Brasil. Obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Agradeço a V. Exa. o aparte. Gostaria que os Srs. Deputados fizessem algumas reflexões nesta tarde. Embora lamentavelmente não pudesse estar presente na manhã de hoje em Andradas, onde se realizou importante audiência pública com a presença das Polícias Militar e Civil, do nosso Cel. Santana, do 20º Batalhão, da Prefeita Margô Pioli e de Vereadores, anuncio, com muita

alegria, que, após essa audiência, a Polícia Militar e o governo Aécio Neves efetivaram a entrega de vários veículos para a segurança pública dessa cidade.

Para mim, é uma grande satisfação e alegria fazer esse registro nos anais desta Casa. Primeiramente, Doutor Ronaldo, porque, desde quando assumimos o Parlamento mineiro, estamos buscando, com o Governador, com a Polícia Militar e com a nossa Segurança Pública, ações importantes para a nossa região sul-mineira. Iniciamos, no ano passado, importante encontro do 20º Batalhão em Pouso Alegre; foi um momento em que discutimos o Cinturão de Segurança, que é o nosso Sul, projeto que visa à atenção redobrada por parte do governo Aécio Neves ao Sul de Minas, por meio das cidades limítrofes, como Andradadas, Monte Sião, Jacutinga, Albertina, Extrema, Bueno Brandão. Após essa audiência, iniciamos a construção de vários projetos. Lá discutimos e iniciamos o Projeto Nosso Sul. Por meio do comando do Cel. Aquino, apresentamos sugestões ao nosso caríssimo Secretário Anastasia, ao Governador, às autoridades competentes para que, acima de tudo, sejam encaminhados recursos às cidades limítrofes, programa denominado Cinturão de Segurança.

No último dia 8, a minha querida Ouro Fino, com a presença de todas as autoridades - militares, civis, Prefeito Luiz Carlos Maciel, Vereadores -, recepcionou a Polícia Militar na entrega de várias viaturas, na gestão do Governador Aécio Neves, que também o fez no Município de Bueno Brandão. Na manhã de hoje, essa importante audiência pública se efetivou também na minha querida terra, Andradadas. Desde longa data, por intermédio de audiências públicas, cobramos, neste Plenário, ações positivas, proativas, em favor da segurança de Andradadas. Portanto, neste momento tão importante para todos nós, agradeço à Polícia Militar, na pessoa do Comandante-Geral Hélio Júnior, do Comandante Santana, do Cel. Lima, de Poços de Caldas, do Cap. Ribeiro, de Andradadas, a construção desse projeto importante para o acolhimento de várias viaturas e a garantia da segurança pública desse importante Município que faz divisa com o Estado de São Paulo. Tenho a certeza absoluta de que se trata de ações importantes, de tamanha grandeza, com as quais a população fica feliz.

Caríssimo Deputado Fábio Avelar, tivemos inúmeras cobranças da comunidade andradense, buscando efetivo aumento de policiais e viaturas. Com certeza, temos recebido grande aval do Governador e do Vice-Governador eleito, Secretário Anastasia, que sempre foi receptivo às demandas do povo sul-mineiro. Registro isso com muita alegria, neste momento importante para toda a região, no campo da segurança pública.

O outro assunto que quero abordar, Sr. Presidente, diz respeito ao andamento, que tem sido muito importante, da nossa Comissão Especial contra a Invasão de Produtos Chineses. Quando instalamos a Comissão, com o apoio de toda esta Casa - e sendo assunto de interesse de todas as regiões -, tínhamos absoluta certeza de que a Assembléia Legislativa poderia contribuir muito para que as áreas mais afetadas contassem com uma reflexão maior sobre o tema. Naquela oportunidade, dispusemo-nos a discutir, com maior profundidade, o Circuito das Malhas, que fica exatamente no Sul do Estado, compreendendo a minha terra natal - Ouro Fino -, Jacutinga, Monte Sião, Inconfidentes, Borda da Mata, Bueno Brandão, cidades que hoje sofrem invasão incalculável dos produtos chineses.

Em audiência pública realizada aqui na Assembléia Legislativa, tivemos a nítida compreensão do que esta Casa poderia fazer para apresentar sugestões ao governo federal. O Parlamento mineiro tem agido com muito vigor, disposição e transparência, e buscado o bem-estar do povo, não apenas o sul-mineiro. Mais tarde, defrontamo-nos com o setor calçadista da vizinha cidade de Nova Serrana - terra natal do caríssimo relator da Comissão, Deputado Paulo Cesar - e o setor óptico, que está sendo ameaçado, de maneira censurável, pela invasão de óculos no Estado de Minas Gerais. Realizamos ainda, Dr. Ronaldo, importante audiência pública na segunda-feira à noite, em Nova Serrana e pudemos ouvir todos os segmentos, não apenas o calçadista, mas o de fogos de artifício de Santo Antônio do Monte, onde os chineses estão distribuindo foguetes em caixas em que consta, de maneira impressa, a fabricação nessa cidade. Na realidade, os produtos chegam da China descarregados por contêineres em vários portos, o que acarreta grande prejuízo aos trabalhadores e às indústrias. Tenho certeza absoluta de que esta Casa está realmente se preparando para defendê-los.

O Governador Aécio Neves, com sua nítida compreensão, tem feito todo o possível para fazer com que Minas seja o melhor lugar para se investir no Brasil. E tem dado certo, com a abertura de empresas, os recursos do BDMG e do Indi, a captação de funcionários. Em contrapartida, estamos tendo esse grande entrave com os produtos chineses.

O Parlamento mineiro teve e tem tido grandes momentos com a realização da Comissão Especial da Cafeicultura, da Comissão Especial das Estâncias Hidrominerais, que buscou a revitalização das nossas estâncias do Sul de Minas. Agora está em andamento essa Comissão importante, que certamente se está aperfeiçoando, conhecendo a realidade do setor com o auxílio de vários representantes e segmentos, como o têxtil, o de malhas, o de fogos de artifício e o óptico, enfim, todos os que estão mais assolados pela invasão dos produtos chineses.

Essa Comissão tem sido tão importante para o Parlamento mineiro que temos recebido inúmeras sugestões. Já estamos discutindo a apresentação de uma frente nacional parlamentar não somente em Minas, mas também em outros Estados, que estão passando pelas mesmas dificuldades com a invasão de produtos chineses.

Pela sua nítida compreensão e pela maneira como tem discutido e apreciado a questão, certamente o Parlamento... Deputado João Leite, temos ainda o assento permanente de representantes de vários setores, inclusive a Fiemg, o Sindimalhas, o Sindifer, o setor ótico e o de malhas, particularmente de todo o empresariado, que tem revelado aqui a sua preocupação. Já não temos que gerar empregos. Estamos preocupados em mantê-los em decorrência dessa invasão. Esse assunto é de origem, de meta e de questão federal; porém, essas reflexões estão sendo discutidas, e já foram apresentadas ao Ministro Furlan e ao Presidente da República várias comunicações e indagações, além de requerimentos de nossa autoria aprovados por este Parlamento. Sabemos que isso ocorreu em decorrência de uma troca no conselho de segurança em relação a uma cadeira, que, aliás, o próprio Presidente Lula fez por optar, deixando como de livre economia de mercado a China.

Gostaria de manifestar essa preocupação e deixar bem claro que a Assembléia poderá fazer muito por meio dessa Comissão e de todos aqueles que estão conhecendo o valor dessa Comissão na defesa dos nossos empresários.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, obrigado. Serei breve. Não posso deixar de reconhecer o esforço de V. Exa. nesta Casa em defesa da empresa mineira, do trabalhador e da oportunidade de trabalho. Essa Comissão é muito importante para Minas Gerais e para o Brasil.

Quanto à questão da China, verificamos um outro dado ainda mais sério, que é a concorrência das empresas mineiras com um país que, infelizmente, não adota a legislação internacional do trabalho. Portanto, a competição é desigual. Além disso, observamos a permanente violação de direitos humanos por parte da China.

Todos nós esperamos muito dessa Comissão, ainda mais reconhecendo a identidade e o trabalho de V. Exa. para com essa causa. Parabéns!

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* - Deputado João Leite, muito obrigado.

Finalizando, gostaria, mais uma vez, de destacar a precariedade das BRs e das rodovias no Sul de Minas. Já cobramos e falamos sobre esse assunto nesta semana. Temos recebido inúmeras cobranças da região do Circuito das Águas. O trânsito está totalmente impossível nessa época de festividades. Hoje o tráfego está sendo desviado para outras localidades e regiões, já que o percurso da estrada de Lambari a São Lourenço,

Carmo de Minas, o eixo do Circuito das Águas está totalmente impraticável, assim como o da BR entre Pouso Alegre e Poços de Caldas, no caminho para Ipuiúna. Essas situações que estamos vivenciando são muito desconfortáveis. O Ministério Público já está agindo.

Sr. Presidente, mais uma vez, gostaria de registrar nesta tribuna a nossa cobrança imediata ao governo federal e ao DNIT para a recuperação dessas importantes rodovias do Sul de Minas. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, venho a esta tribuna, para dar prosseguimento ao debate que estamos realizando na Comissão de Participação Popular quanto à análise de 78 emendas populares apresentadas ao Orçamento e ao Plano Plurianual.

Antes de prosseguir com esse assunto de extrema importância, até porque o conteúdo das emendas diz respeito, exatamente, à vida do povo mineiro, queria, de maneira muito efetiva, contestar o nível de avaliação negativa, expresso por alguns Deputados que me precederam, a respeito do desempenho da nossa Prefeitura e, particularmente, do PT em Belo Horizonte.

Inauguramos um novo projeto democrático popular na cidade, com eleição, em 1992, de uma chapa que tinha à frente o Vereador Patrus Ananias e o médico Célio de Castro como Vice. Essa foi a primeira vez que o PT ganhou uma eleição na Capital. Com essa chapa, Patrus e Célio de Castro, inauguramos um novo formato de governo, implantamos o Orçamento Participativo, instituímos uma rede de proteção social como nunca havia existido em Belo Horizonte, inauguramos uma política de segurança alimentar das mais ousadas, com a reabertura do Restaurante Popular, que, desde a época da reabertura, oferece refeição a R\$1,00 a milhares de pessoas que se alimentam nesse espaço. De lá para cá, esse projeto foi aprovado sucessivamente, nas urnas, pelo povo de Belo Horizonte, com a eleição do Prefeito Célio de Castro, depois com a sua reeleição e, na última eleição, com a eleição do nosso companheiro do PT, Fernando Pimentel.

Respeito as opiniões formuladas, até porque partem de pessoas sérias, comprometidas com Belo Horizonte, e que desejam, tenho certeza, sempre o melhor para a cidade; todavia, o povo mineiro tem aprovado essa forma de governar, o que não elimina o necessário trabalho de aperfeiçoamento das políticas públicas. É inegável que a nossa Prefeitura avançou, aliás, avançou em alguns itens mencionados aqui.

A polêmica em relação à política informal existe nas maiores cidades. O Deputado Alencar, brincalhão como é, talvez até porque eu estava próximo, disse que eu, Deputado, ajudei a Prefeitura de Belo Horizonte a tirar os camelôs das ruas, como se eu fosse Secretário da Prefeitura e não Deputado. Talvez tenha dito pelo estilo brincalhão que tem. O fato é que, quando era Vereador na Câmara de Belo Horizonte - aliás, sempre tive apoio da economia informal -, conseguimos realizar audiências públicas que garantiram a participação dos camelôs licenciados, dos "toreros", na construção de uma política compatível com as necessidades da cidade. Se há problemas, cabe à Prefeitura de Belo Horizonte e aos segmentos organizados, no fórum democrático, seja revendo a legislação municipal... Os Deputados, bem informados que são, sabem que a Assembléia Legislativa não legisla sobre código de posturas urbanas - não é, Deputado Carlos Gomes? -, de Município. Isso compete à Câmara Municipal. O Deputado que fez essa menção deve ter os seus parceiros na Câmara Municipal e poderá ir à análise da legislação municipal e fazer o código de posturas, se for o caso.

De fato é uma questão importante. A economia informal tem o seu lugar na cidade. Há muita gente séria, trabalhadora, pais e mães de família.

Nessa trajetória, tivemos em Belo Horizonte a experiência das minifeiras, exatamente para que aquele camelô não licenciado não fosse tirado das ruas pela polícia, como às vezes acontece. Temos acompanhado esses acontecimentos no noticiário nacional em várias Capitais, algumas, aliás, com o apoio político de vários colegas, tratando essa questão da economia informal na base do cassetete, o que não é o caso de Belo Horizonte.

Quanto à questão da Lagoa da Pampulha, quantos governos já passaram por Belo Horizonte, inclusive do PSDB, que também não deu o devido valor para o nosso patrimônio! Trata-se de um patrimônio importante, e a Prefeitura tem tomado providências. Já ocorreu uma série de intervenções que buscam revitalizar aquele espaço: tivemos a revitalização com o parque ecológico em frente à Toca da Raposa, aproveitando aquelas ilhas; a revitalização do entorno, a recuperação de espaços arquitetônicos importantes; e também essa intervenção urbana de duplicação da Av. Antônio Carlos, numa parceria dos governos federal, estadual e municipal. É inegável o avanço no sentido de revitalizar e preservar aquele espaço.

Relativamente aos aterros sanitários, quais são os Municípios que não enfrentam esse problema hoje? Acredito que o caminho seja esse. Os Deputados que me antecederam, por meio de iniciativas legítimas na Câmara Municipal, sabem disso e estão tomando providências no âmbito de audiências públicas. Aqui, neste espaço político por excelência, quero manifestar minha discordância política em relação a essa avaliação. Estou com a maioria da população de Belo Horizonte, que se manifesta nas pesquisas, que se manifesta nas eleições.

Agora, em Belo Horizonte, temos essa experiência inédita do Orçamento Participativo digital. Somos a única Capital do Brasil a ter essa experiência. Da minha casa, pelo computador, pude votar e escolher nove obras a serem realizadas em Belo Horizonte. Milhares de pessoas estão escolhendo as obras que julgam prioritárias. O Orçamento Participativo em Belo Horizonte, desde o governo Patrus, aprovou mais de mil obras na cidade, com 85% delas concluídas.

Agora temos R\$80.000.000,00 para o Orçamento Participativo e R\$20.000.000,00 para o Orçamento Participativo digital. Centros de referência da assistência social estão sendo inaugurados a cada mês em Belo Horizonte. Um novo restaurante popular está sendo inaugurado em parceria com o governo Lula. Temos obras em parceria com o governo estadual. O Prefeito Pimentel, o governo do PT, é reconhecido, inclusive, pelo Governador Aécio Neves, que não se cansa de elogiar o governo do PT em Belo Horizonte em função dessa parceria, desse relacionamento administrativo que os órgãos federais, estaduais e municipais devem ter.

A população de Belo Horizonte está percebendo que o PT governa Belo Horizonte com seriedade, responsabilidade, participação popular e parcerias institucionais. O Presidente Lula, o Governador Aécio Neves, o Prefeito Pimentel e o Ministro Patrus, todos são homens públicos dignos, responsáveis, que colocam a cidade, o Estado e o País à frente das diferenças políticas. O exemplo está sendo dado em Belo Horizonte. Temos governos tranqüilos, sem denúncias de corrupção, um funcionamento harmônico e serviços fundamentais sendo prestados. Estamos iniciando, na área da educação, a experiência da escola integral, a educação infantil por meio das unidades municipais de educação infantil. Em Belo Horizonte, além da rede conveniada, com mais de 200 creches comunitárias, investe-se no ensino infantil. As unidades municipais de educação infantil são modelo.

Seria bom que os Deputados pudessem visitar essas unidades municipais de educação infantil, pois esse é um exemplo que poderia ser exportado para outras Capitais brasileiras. São obras, intervenções urbanas, também em parceria com o governo do Estado.

Sr. Presidente, é mais do que justo o debate sobre o aterro sanitário, ele realmente tem de ser feito. Solidarizo-me com a população da região Noroeste, que, de fato, sofre os impactos decorrentes de equipamento público dessa natureza. Essa é uma questão complexa. Lembro-me da época em que a Prefeitura queria implantar o aterro do Capitão Eduardo: várias vozes manifestaram-se, mobilizaram-se, fizeram disputa política contra os que defendiam a implantação de um novo aterro sanitário naquela região.

A política tem essas diferenças e polêmicas. Nem sempre a vontade do administrador se revela em um gesto prático e imediato, pois existem as barreiras políticas, as financeiras, as legais. Entretanto, considero que Belo Horizonte vem sendo muito bem governada pelo PT, partido a que tenho muito orgulho de pertencer. Tenho o maior orgulho de ter sido Secretário da área social e de ter iniciado esse trabalho com o ex-Prefeito Patrus Ananias, cujo governo era sério e honesto, foi continuado pelo Prefeito Célio de Castro e agora está com o Prefeito Fernando Pimentel. O sentimento do belo-horizontino é o de que nossa Capital vem sendo governada com seriedade.

Agora, lembro que é uma Capital que concentra o quadro de desigualdades regionais de Minas Gerais. Em sua região metropolitana, tivemos um crescimento desordenado, principalmente na época da ditadura militar. Ela realmente enfrenta problemas de risco nos seus córregos, no seu trânsito, no seu traçado, decorrentes dessa expansão exagerada, sem controle. O controle veio com o plano diretor, aprovado na Câmara Municipal em 1996.

Sinceramente, penso que temos de ter o máximo, o maior orgulho possível da nossa querida Belo Horizonte, que se aproxima de mais um aniversário, no dia 12 de dezembro. Quem sabe contaremos aqui com a presença do Presidente Lula, do Governador Aécio, do Ministro Patrus, do Prefeito Pimentel, todos de mãos dadas por Belo Horizonte?

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Deputado, V. Exa. disse que o Deputado Alencar brinca. Brinco, mas, quando é preciso falar sério, falo sério. Quando fiz uma consideração sobre o camelô, fiz uma consideração séria. V. Exa. realmente não era Secretário, mas era Vereador e acompanhou a retirada dos camelôs de Belo Horizonte para colocá-los em área da iniciativa privada. Não acompanhou? V. Exa. não era Vereador quando foram feitas as negociações?

O Deputado André Quintão* - Fui escolhido pelos camelôs, fui porta-voz de suas reivindicações e garanti sua presença na comissão que elaborou o código de postura.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - V. Exa., então, pode ver que posso brincar, mas não falo mentira.

O Deputado André Quintão* - Fala, pois V. Exa. falou que ajudei a retirá-los quando, na verdade, minha ação na Câmara foi exatamente no sentido oposto: haver minifeiras nos espaços coletivos. Isso está registrado nos anais da Câmara, Deputado Alencar; basta pesquisar.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Então, V. Exa. há de convir comigo que o Partido dos Trabalhadores retirou os camelôs da rua e colocou-os nos "shoppings" populares da iniciativa privada. Hoje eles pagam aluguel, aliás, já pagavam desde a época em que tinham de fazer o boxe. Eles saíram das ruas, onde não pagavam nada, e foram para os "shoppings" populares, onde precisam pagar. Há camelô pagando R\$1.000,00 por mês, mais R\$400,00 de aluguel, sendo que antes não pagava nada.

O Senador Cristovam Buarque, quando Governador do Distrito Federal, tirou o camelô da rua e deu-lhe uma área que era do Ceasa. Hoje, a feira de Brasília é um sucesso.

O pessoal falou o seguinte: vocês não pagarão nada por mês, irão pagar o condomínio. Aqui, ele tirou e deu para o empresário que fatura, hoje, R\$200.000,00 por mês. São R\$200.000,00 que estão tirando do bolso do trabalhador sofrido, do camelô, que não pagava nada na rua e agora tem de pagar.

Isso não é brincadeira, é coisa séria. O coitado do camelô não agüenta mais. Deputado, V. Exa. sabe que há camelôs tirando dinheiro da aposentadoria porque não conseguem arcar com as despesas do mês. Por que a Prefeitura não desapropria o lugar, paga o devido e deixa isso de graça? É um sucesso. Belo Horizonte ganhou quando tirou o camelô da rua. V. Exa. era Vereador, e ajudou na negociação? Ajudou. Então, tenha a certeza de que agora precisa ajudar o pessoal a não pagar aluguel.

Sr. Presidente, conceda a continuação deste debate por pelo menos mais 5 minutos.

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Gostaria que concluísse em 1 minuto, e darei mais 1 minuto para a resposta do Deputado.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - V. Exa. está como um mediador de debate da Rede Globo de Televisão. Temos a tarde toda para debater na Casa do povo. Agradeço a V. Exa. o minuto.

O orçamento participativo é um sucesso, ainda mais com o formato digital. Isso começou há 16 anos, quando eu estava na Câmara, por meio do Propar, do famoso Pimenta da Veiga, que tirava o Orçamento da Câmara para isso. Era diferente. População de um lado; população de outro; quem aplaudisse mais ganhava a obra. Hoje está modernizado.

Creches da Prefeitura. Está aí mais uma reivindicação para V. Exa. levar. As crianças ficam apenas 4 horas por dia nas creches da Prefeitura. Pasmem, senhores! Nas creches conveniadas com os governos estadual e federal, ficam o dia inteiro. Tenho a certeza de que vamos acertar isso, para que fiquem o dia inteiro.

Respeito a administração de Fernando Pimentel e sua parceria com o governo do Estado. Temos de parabenizá-lo, pois Belo Horizonte está bem encaminhada.

Outra coisa: tenho um dossiê completo sobre o aterro. Sabe quem encomendou? Uma ONG. Ele está no meu gabinete, e o darei de presente para o Pimentel. Pagaram pela internet. Chegou uma denúncia na Holanda. Um órgão pagou um advogado para saber o que ocorria. O dossiê já foi entregue ao Secretário de Estado. Estou com outro para o Pimentel. Na Holanda, souberam do problema no aterro de Minas Gerais.

Agora, falou-se da cláusula de barreira. Quando vemos os partidos migrando e se ajudando, enfim, sabemos que o jeitinho brasileiro vai solucionar essa questão, dando oportunidade para uma discussão.

Na minha opinião, o PT ficou um pouco apagado. O André tem valor e precisa ver isso. Muitas pessoas votaram no Lula, porque nem sabiam que ele permanecia no PT. Em momento algum, na propaganda eleitoral, ele disse ser do PT. Se V. Exa. contestar, vou pedir ao Presidente e passaremos os programas de televisão para ver se o Lula, em algum momento, disse ser do PT. Há quatro anos, ele dizia que o PT ia governar. Hoje, ele fala que o Lula vai governar. No entanto, ele já disse que todos os partidos participarão do governo, um governo em que é PT para lá, Lula para cá. O PT perdeu muito nessa eleição.

Agradeço a V. Exa. e lembro que brinco na hora de brincar, mas, na hora de falar sério, por exemplo, sobre o problema dos camelôs, faço-o com seriedade. O que estão fazendo com os camelôs de Belo Horizonte é uma maldade. Obrigado.

O Deputado André Quintão* - Evidentemente o assunto é sério, mas, ao me colocar em uma ação do Poder Executivo, V. Exa. só poderia estar brincando, até porque V. Exa. conhece a minha posição, não apenas em relação aos camelôs, mas em relação à feira de artesanato. Sou autor de uma lei que garante às famílias cujos titulares da licença falecem o direito de dar seqüência à licença. Defendi a economia informal não para que continuassem em condições precárias, mas para que tivessem assento na comissão que elaborou o código de posturas. Esse trabalho é reconhecido, e não podem me associar a nenhuma ação do Executivo, positiva ou negativa, pelo fato de ser do PT. Nesse caso, precisamos aprofundar-nos. V. Exa. sabe que, em audiência pública para ouvir os camelôs, em clima hostil, fui um dos pouquíssimos Deputados presentes.

Sr. Presidente, gostaria de concluir, mas não falei das 78 emendas populares. É um prazer falar de Belo Horizonte, minha cidade natal, onde sempre fui muito bem votado. O prazer é maior, ao estar com Deputados que também são daqui e que levantaram questões importantes, como o aterro, a revitalização da Lagoa da Pampulha, a revitalização do centro, a economia informal. Coloco-me à disposição para continuar esse debate, mas partindo do lugar onde estou. Defendo a administração do Prefeito Pimentel, participei da administração do ex-Prefeito Patrus Ananias com muito orgulho e honra e tenho o maior orgulho de haver sido Líder do Prefeito Célio de Castro na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Portanto, neste debate, eu estou de um lado: do lado do povo belo-horizontino, que vem reelegendo o PT para governar a cidade de Belo Horizonte. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 31/10/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

exonerando Hamilton Amaral Barreto do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando Heitel Roberto Rodrigues Pêgo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando Viviane Oliveira Barbosa Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Elton Lopes Nunes para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

nomeando Hamilton Amaral Barreto para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas.

Gabinete da Deputada Maria Tereza Lara

exonerando Amauri Ribeiro da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

exonerando Julio Cesar dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Amauri Ribeiro da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Julio Cesar dos Santos para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Elton Lopes Nunes do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

nomeando João Alberto Paixão Lages para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2006

CONCORRÊNCIA Nº 1/2006

DECISÃO DO SR. DIRETOR-GERAL

Conheço do recurso à Concorrência nº 1/2006, que se refere à contratação de empresa especializada em serviços de remanufaturamento de cartuchos, interposto pela empresa MCR Informática Ltda. Todavia, no mérito, nego provimento à pretensão, tendo em vista os fundamentos apresentados pela Ata da 172ª Reunião da Comissão Permanente de Licitação, datada de 20/11/2006, que aprovo e que fica fazendo parte da presente decisão.

Belo Horizonte, 21 de novembro de 2006.

Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2006

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65//2006

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 4/12/2006, às 14h30min, pregão presencial, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a contratação de empresa para fornecimento de combustíveis para veículos automotores.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no "site" www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na R. Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 21 de novembro de 2006.

Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Digitécnica Equipamentos e Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de componentes defeituosos em aparelho "no-break". Vigência: 12 meses, a contar da assinatura. Dotação orçamentária: 33903900. Licitação: Coleta de Preços nº 153/2006.

TERMO DE ADITAMENTO

Comodante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Comodatária: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Objeto: comodato de um piano Yamaha. Objeto deste aditamento: primeira prorrogação. Vigência: 37 dias, de 1º/11/2006 a 7/12/2006.

ERRATA

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 21/11/2006

Na matéria publicada com o título em epígrafe na edição de 17/11/2006, pág. 91, col. 3, onde se lê:

"1ª REUNIÃO", leia-se:

"15ª REUNIÃO".